

Sob os ventos do leste: Edgard Leuenroth, Hélio Negro e um programa de gestão operária

Under the east winds: Edgard Leuenroth, Hélio Negro and a workers management program

Davi Luiz Paulino

Mestrando em História Econômica

Universidade de São Paulo (USP)

davi.paulino92@gmail.com

Recebido em: 14/11/2021

Aprovado em: 14/03/2022

Resumo: Na história do movimento operário brasileiro, o triênio (1917-1919) é abordado como período de intensificação das lutas operárias. Esse período é precedido pela constituição do sindicalismo revolucionário, da construção do ideário anarquista e criação dos organismos da classe trabalhadora no plano regional e nacional. No entanto, é pouco discutido como as questões econômicas eram tratadas pelos trabalhadores no período. Desse modo, achamos importante realizar uma reflexão acerca do programa de gestão operária para a realidade brasileira, a qual os anarquistas Edgard Leuenroth e Hélio Negro são autores e abordar esse programa autogestionário a partir da perspectiva da História das Ideias.

Palavras-chave: Movimento operário; autogestão; anarquismo.

Resumen/Abstract: In the Brazilian workers' movement history, the triennium (1917-1919) is approached as a period of intensification of workers' struggles. This period is preceded by the constitution of revolutionary syndicalism and the construction of anarchist ideas, the creation of working class organizations at the regional and national levels. However little is discussed about how economic issues were handled by workers. Therefore, it is paramount to reflect on a proposal for workers' management for the Brazilian reality, which was authored by anarchists Edgard Leuenroth and Hélio Negro and also address this self-managing program from the perspective of the History of Ideas.

Palabras clave/Keywords: Workers' movement; self-management; anarchism.

Os processos revolucionários ocorridos no leste europeu no início do século XX impactaram o movimento operário em escala global. Tais processos inspiraram trabalhadores e organizações de classe na construção de projetos de oposição a ordem social vigente, dentre esses

influenciados, temos Edgard Leuenroth¹ e Hélio Negro² que, no ano de 1919, desenvolveram um programa profundamente ancorado na tradição anarquista de autogestão.

Esse programa surge em um contexto de intensificação das lutas da classe trabalhadora no Brasil. O triênio 1917-1919 é marcado por uma série de greves gerais, bem como, por uma tentativa insurrecional no Rio de Janeiro, inspirada pela Revolução Russa. Acreditamos que para melhor compreendermos a proposta de nossos autores, precisamos analisar a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras nesse período trienal da história do movimento operário brasileiro.

Luta e organização da classe trabalhadora no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1917-1918)

O Brasil era marcado por uma economia agroexportadora, concentrando boa parte de sua produção no segmento da cafeicultura, segundo o historiador Alexandre Samis (2004, p. 132). Desde meados de 1830, a produção de café era o motor da economia brasileira. Dessa forma, temos a estrutura socioeconômica do período com a produção voltada para o setor agrícola. Por essa razão, o país, contava com uma parcela significativa de sua classe trabalhadora composta por famílias camponesas. Essas famílias eram formadas de modo heterogêneo, resultado do processo de imigração iniciado no final do século XIX. É importante ressaltar que a imigração não se restringiu apenas ao campo, mas também às cidades de diversas regiões do país.

A classe operária das cidades encontrava-se em um incipiente ambiente industrial. De acordo com Caio Prado Júnior (1988, p. 260-261), o crescimento da indústria têxtil se deu a partir da produção algodoeira, já a concentração das demais indústrias em São Paulo foi possível devido ao progresso da economia do Estado com base na cafeicultura.

É preciso destacar também que esse processo não se restringiu apenas ao sudeste. Para Luciano Teles, as capitais Belém e Manaus se “transformaram em centros comerciais” e “ampliaram seus mercados de trabalho e passaram a se integrar num circuito internacional de circulação de bens, pessoas e capitais proporcionados pelo avanço da economia da borracha” (TELES, 2022, p. 3).

A produção brasileira, em seus diversos setores, nesse período ocupa um quadro de subserviência no plano da economia internacional. Para Caio Prado, o país, bem como outros

¹ Edgard Leuenroth (1881-1968) foi tipógrafo, jornalista e anarquista. Criou e editou jornais como *A Plebe*, *O Trabalhador Gráfico*, *A Luta Proletária*, entre outros. Participou ativamente das lutas operárias durante toda sua vida.

² Pseudônimo do português Antônio Candeias Duarte (1881-?), atuante junto com Edgard Leuenroth na Greve Geral de 1917.

países latino-americanos, se torna uma “massa inerte de manobra” e “sua vida econômica não é em função de fatores internos, de interesses e necessidades de sua população interna” e sim “de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes” (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 279).

Esse processo de configuração da economia permite um aumento da classe operária ao lado do crescimento da importância de cidades como São Paulo, isso mediante ao “fluxo de pessoas e capitais advindos do café e da incipiente indústria, a cidade vai tornando-se a maior capital brasileira” (PAULA, 2017, p. 64). Como apontado pelos autores, as cidades estão se constituindo como epicentro da economia brasileira dirigida para o mercado exterior, enquanto que, a população, principalmente a trabalhadora, vivia em condições precárias.

O Estado brasileiro nesse período adotou a postura de não interferir na condição socioeconômica da população trabalhadora. Isso fica evidente quando analisamos as jornadas de trabalho que variavam entre 10 e 16 horas dependendo da indústria (ADDOR, 2002, p. 53). Portanto, o governo adotava uma postura liberal em relação ao mercado de trabalho e, como resultado, os trabalhadores permaneciam totalmente a disposição das decisões do empregador. Carlos Augusto Addor apresenta um quadro que elucida essa conjuntura, segundo ele,

Essa postura liberal ortodoxa do Estrado brasileiro na Primeira República – de não intervir de forma normativa sobre o mercado de trabalho – se traduzirá na ausência de um Direito do Trabalho, de uma Legislação Trabalhista, e consequentemente viabilizará aqui o desenvolvimento de um *capitalismo selvagem* – violento e não-regulamentado – alimentado por uma superexploração da força de trabalho, capitalismo no qual a acumulação de capital industrial se processa fundamentalmente através da extração da mais-valia absoluta no processo de produção fabril (ADDOR, 2002, p. 48) [Grifo do autor].

Esse quadro nos permite compreender um pouco da situação da classe trabalhadora nesse período. Com a ausência de uma legislação social que pudesse regular a questão salarial, a condição do trabalho e sua jornada laboral, os trabalhadores precisavam se organizar com objetivos de melhorar sua condição de vida ao mesmo tempo em que debatiam formas alternativas de reorganização social.

Nesse ponto, é perceptível a organização operária. Encontramos a disseminação de diversos jornais³ nos quais era discutida a situação dos trabalhadores, dos salários que não satisfaziam as necessidades mais básicas, aluguéis que aumentavam constantemente e de modo

³ Jornais como *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador* e *Guerra Social* debatiam essas questões. Para um quadro da imprensa do período conferir o trabalho de Kauan Willian dos Santos (SANTOS, 2017).

desenfreado. Dessa forma, os jornais faziam uma crítica à carestia de vida que, posteriormente, era abordada nos congressos realizados pelos trabalhadores.

Com a realização do Congresso Operário de 1906 é perceptível a necessidade de se criar órgãos da classe trabalhadora em nível nacional. Nesse contexto, em 1908, temos a fundação da Confederação Operária Brasileira que, segundo Edgard Rodrigues, seguia os moldes da C.G.T. francesa que, por sua vez, foi influenciada pela perspectiva sindicalista da Associação Internacional dos Trabalhadores (RODRIGUES, 1979, p. 115).

Da realização do Primeiro Congresso à fundação da COB, notamos a contribuição do anarquismo nos ditames estratégicos que seriam adotados. Dentre as séries de moções que foram aprovadas no Congresso referente à criação de uma organização nacional da classe trabalhadora, ressaltamos o “método federalista, a mais larga autonomia do individuo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação” nessa última instância teríamos a organização das “1) federações nacionais de indústrias ou de ofícios; 2) uniões locais ou estaduais de sindicatos; [...]” (Apud RODRIGUES, 1979, p. 116).

A partir dessa crescente organização da classe trabalhadora e do aumento do custo de vida, registram-se greves por melhores condições de trabalho e de moradia. É nesse cenário que se intensificam as lutas operárias que culminarão nas greves gerais do ano de 1917. Para Ruy Moreira o “movimento operário paralisa nacionalmente o trabalho em greves que se vão sucedendo de um para outro lugar, sob só uma orientação e programa do Rio Grande do Sul ao Pará, em ‘greves gerais’ por todo o país (RS, SP, RJ, BA, PE e PA)” (MOREIRA, 1985, p. 80).

Mesmo com esse quadro que elucida uma crescente organização dos trabalhadores, a historiadora Christina Lopreato (2017) aponta que os acontecimentos da greve geral de 1917 em São Paulo foram abordados por uma historiografia, com Boris Fausto (2016) como seu maior expoente, a partir do elemento da espontaneidade.⁴ Nessa perspectiva, a atuação dos anarquistas na organização e coordenação da greve passava para um segundo plano. No entanto, quando analisamos o contexto, notamos que, o anarquismo enquanto ideologia encontrava-se presente no plano teórico e prático da classe trabalhadora desde o começo do século. Como exemplo dessa presença, podemos apontar a adoção da estratégia da ação direta no Congresso operário de 1906.

⁴ Embora a greve não tenha se iniciado com um chamado prévio dos sindicatos, não é possível desatrelar os debates organizativos, as estratégias de ação direta e a teoria das ações dos trabalhadores, isso porque mesmo a espontaneidade nasce da realidade concreta e no decorrer da greve, também é perceptível a coordenação das organizações da classe trabalhadora sob as ações operárias.

A estratégia da ação direta está presente na conjuntura da greve geral quando as condições de vida deterioram-se, principalmente nos bairros operários. Por iniciativa dos trabalhadores, surge nesse contexto, comícios públicos nos bairros, com grande participação dos anarquistas, estes, por sua vez, incentivavam a auto-organização operária e o uso da ação direta para alcançar seus objetivos, além de proporem a criação das ligas de bairro, que posteriormente atuarão junto ao Comitê de Defesa Proletária (CDP) (LOPREATO, 2017, p. 26-27).

Desse modo, o movimento grevista ancora-se no agravamento da situação operária. No dia 9 de junho, trabalhadoras do setor de lanifício do Cotonifício Crespi, na região da Mooca, decidem entrar em greve por aumento salarial, fim das multas e regulamentação do trabalho, principalmente o feminino e o infantil. A paralisação espalha-se para a Estamparia Ipiranga e para a fábrica Antártica (ADDOR, 2002, p. 94), de forma que aos poucos se expande pela cidade.

De acordo com Lopreato (2017, p. 28), aproximadamente 100.000 mil trabalhadores, de uma população de 500.000, paralisaram suas atividades, parando completamente a cidade de São Paulo. Militantes anarquistas, como Edgard Leuenroth e Hélio Negro, atuaram junto ao movimento organizativo da greve, coordenando as reivindicações, bem como, na atuação grevista. Assim surgiu, no decorrer desse processo, o Comitê de Defesa Proletária. De um modo geral o Comitê sintetizou um programa de ação coletiva dos trabalhadores,

O Comitê de Defesa Proletária procura unificar os trabalhadores em torno de um programa que inclui reivindicações da classe operária enquanto produtora e das classes populares em geral enquanto consumidoras: aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; proibição do trabalho de menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas; com acréscimo de 50% nas horas extras e *semana inglesa*⁵; respeito ao direito de associação; libertação dos grevistas presos; permanência no emprego dos participantes da greve; medidas para baixar preços dos gêneros de primeira necessidade com a requisição pelo Estado desses gêneros; providências para impedir a falsificação e adulteração dos produtos alimentares; redução de 50% nos aluguéis (ADDOR, 2002, p. 95) [Grifo do autor].

Dessa forma compreendemos o caráter organizativo do anarquismo⁶ inserido no movimento operário, empenhado em coordenar as ações junto com os órgãos da classe trabalhadora, como as ligas de bairros que passaram a subcomitês durante a greve. Essa relação do CDP com as ligas de bairro se insere na perspectiva federalista de organização, dado que a

⁵ Semana inglesa é jornada de 44 horas divididas em cinco dias por semana com descanso aos sábados e domingos.

⁶ Para compreender o debate organizacionista no anarquismo, Cf. SANTOS, 2017.

pauta de reivindicação do comitê partiu das teses defendidas nos comícios realizados nos bairros operários, ou seja, na base.

A partir dessa organização dos trabalhadores foi possível conquistar algumas das reivindicações, dentre elas: o aumento salarial de 20%, não demissão dos grevistas, libertação de presos e fiscalização do trabalho infantil e feminino (ADDOR, 2002, p. 95). No entanto, é preciso salientar, que não foi uma conquista geral, por que a aceitação das reivindicações partia de empresa a empresa, uma poderia adotar o aumento salarial enquanto a outra não (o que ocorria com certa frequência). Essa postura da patronal nos mostra que o próprio empresariado ainda não tinha organização coesa, já que as decisões eram tomadas de modo individual.

No entanto, a principal resposta dada pelos patrões às reivindicações era a repressão. A própria explosão da greve ocorre em razão do assassinato de José Iñiguez Martinez⁷ pelas forças públicas. Ao final da greve há prisões e fechamento de jornais, dentre eles, *A Plebe* e a prisão de Edgard Leuenroth, seu redator, em setembro de 1917.

Os eventos ocorridos em São Paulo se repetiram em diversas regiões do país. Segundo Carlos Augusto Addor (2002), no Rio de Janeiro a questão sobre o agravamento da situação socioeconômica da classe trabalhadora também resultou em greves, sendo a de julho de 1917 uma das mais importantes.

A cidade do Rio de Janeiro havia passado por um processo de reforma urbana, que rompeu com a fisionomia de uma cidade colonial, com objetivo de favorecer a circulação de capital. Esse processo caracteriza-se pela precarização das classes populares, sobretudo a trabalhadora, pois com a reforma sob o comando de Pereira Passos, as classes populares deixam de residir no centro da cidade passando a construir moradias nas encostas, era o início do processo de favelização (CHALHOUB, 1996, p. 15-56).

Antes da reforma urbana, trabalhadores residiam no centro da cidade, nos casarões coloniais que haviam sido transformados em cortiços, alguns abrigando aproximadamente 3000 pessoas (CHALHOUB, 1996, p. 33-35). Nesse ambiente a falta de salubridade era constante, sendo a principal causadora de doenças e epidemias. O problema da moradia era uma questão das cidades mais importantes na Primeira República, no Rio de Janeiro, como em São Paulo, ele era um dos pilares da insatisfação da classe trabalhadora.

⁷ José Martinez, sapateiro espanhol de 21 anos sindicalizado na Federação Operária de São Paulo e na Confederação Operária Brasileira, morto pela polícia no dia 9 de julho de 1917.

Essa insatisfação da população do Distrito Federal⁸ resulta em 1917 na organização do *Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o Aumento dos Impostos* responsável por exercer papel coordenador das reivindicações e lutas operárias contra a carestia de vida que estará presente durante a greve.

De fato, nesse contexto, o aumento do custo de vida é drástico, causado principalmente pelo impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema capitalista mundial. Como exemplo dessa situação podemos citar o aumento no preço do arroz e do pão, o primeiro variou de \$750 a 1\$160 e o segundo de \$300 a 1\$400 entre os anos de 1914 a 1920 (RODRIGUES, 1977, p. 276). A resposta não seria outra senão a greve geral.

A greve geral no Rio de Janeiro traz para a pauta do movimento operário questões semelhantes às dos trabalhadores paulistas e de outras localidades do país, como o aumento dos aluguéis e do custo de vida. Essa greve também realizou conquistas importantes para o operariado, mas como em São Paulo, esses resultados positivos foram efêmeros.

A própria dinâmica da economia brasileira tornou essas conquistas efêmeras. Com a inflação resultante dos desdobramentos do conflito mundial, o custo de vida elevou-se novamente, fazendo com que os aumentos salariais conquistados em algumas empresas já não fossem suficientes para melhorar a condição socioeconômica da classe trabalhadora. Os preços aumentaram na alimentação, no vestuário e na moradia, levando trabalhadores a não mais reivindicar melhorias, mas inspirados nos processos revolucionários em andamento na Rússia, optar pela revolução social.

Os trabalhadores dirigiam suas atenções não apenas ao que ocorria no país, mas também nos desdobramentos da revolução social que se desenvolvia no leste europeu. E tal processo não deixaria de inspirar a classe trabalhadora no Brasil, principalmente a carioca, autora de uma experiência insurrecional.

Contando mais uma vez com a participação dos anarquistas,⁹ em 1918, os trabalhadores propunham tomar de assalto o Distrito Federal, expropriando os “prédios do governo” e propondo o “estabelecimento de um Soviete no Rio de Janeiro, que se faria em articulação com a greve” (SAMIS, 2004, p. 145), essa por sua vez teria o caráter insurrecional, sendo o estopim da revolução.

⁸ O Distrito Federal nesse período era a cidade do Rio de Janeiro.

⁹ Dentre eles, ressaltamos, José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Agripino Nazaré, Ricardo Correia Perpétua e Elías Ajus que era, na verdade, um infiltrado da polícia (LAMOUNIER, 2021, p. 86).

No plano tático ela se desenrolaria “após os operários reunidos em grande número no Campo de São Cristóvão, atacar a Intendência de Guerra para obter armas e trajes militares” e acompanhados pela “greve insurrecional dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, quando alguns soldados do 58º Batalhão de Caçadores, do Exército, aderindo às manifestações, combateram ao lado dos trabalhadores contra as forças do governo” (LAMELA, 2021, p. 68).

A tentativa de instaurar um governo comunista anarquista foi logo frustrada por elementos infiltrados na organização do movimento. O que resultou em uma brutal repressão por parte da polícia com uma série de detenções.

Ainda em 1918 os anarquistas criaram “a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro” com o objetivo de ser um “órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas, no sentido de propaganda e ação entre seus membros e no meio proletário” (SAMIS, 2004, p. 145). Continuando com a reflexão colocada por Samis, mesmo com a intensificação da repressão pelos órgãos públicos, os anarquistas não abandonaram a atuação junto à classe trabalhadora. Em busca de constituir um movimento organizado, em 1919, era proposto pelos libertários, a partir da perspectiva malatestiana, a criação de um Partido Comunista Anarquista.¹⁰

A criação de uma organização em escala nacional representava um passo importante na organização do movimento anarquista no país. O partido buscava “construir uma articulação a partir da criação de diversos núcleos país afora” (OLIVEIRA, 2018, p. 226).

Essa rede de articulação já vinha se desenvolvendo a partir do contato de militantes de diferentes regiões. Edgard Leuenroth e Tercio Miranda¹¹ buscavam desde o 2º Congresso Operário Brasileiro estabelecer vínculos que abordssem a condição da classe trabalhadora em diversas localidades e a estratégia de luta.

Para uma maior compreensão da realidade brasileira em suas múltiplas facetas, em 1º de maio de 1919, Edgard Leuenroth e Hélio Negro publicam uma brochura chamada *O que é maximismo ou bolchevismo*, que pode ser entendido como um programa autogestionário para a economia brasileira que abordaremos na segunda parte deste artigo.

Edgard Leuenroth e Hélio Negro: teóricos da autogestão

¹⁰ Para uma introdução ao Partido Comunista Anarquista indicamos o trabalho de SAMIS; MOTTA, 2021, p. 95-114.

¹¹ Tercio Miranda era militante no Amazonas desde início do século XX. Sobre sua trajetória na região norte, indicamos o trabalho de Luciano Teles (TELES, 2022).

Edgard Leuenroth e Hélio Negro, participantes ativos das lutas operárias no período por nós analisado, entendiam que a conjuntura demonstrava que as reformas no capitalismo com vista à melhoria da condição da classe trabalhadora já não eram suficientes, pois suas conquistas se mostravam efêmeras ao sofrerem com as crises da economia. Dessa forma, inspirados nos processos revolucionários que ocorriam na Europa, principalmente na Rússia, propuseram um programa autogestionário, no qual a produção e a distribuição ficariam a cargo dos trabalhadores e suas organizações de classe.

Segundo Tiago Oliveira, a defesa da revolução na Rússia não pode ser vista como “confusão por parte dos militantes anarquistas” dado que para eles “[...] o processo ainda estava em aberto, e necessitava da coesão de forças revolucionárias contra as forças reacionárias” (OLIVEIRA, 2018, p. 232). Essa ideia fica exposta quando analisamos as bases que influenciaram Leuenroth e Negro na elaboração do texto.

Os autores baseiam o programa autogestionário na política dos soviets de 1918, na qual a partir do “3º Congresso Pan-russo dos Sovietes, está estabelecida uma organização política e econômica de transição, que dá aos trabalhadores e soldados, organizados em conselhos (soviets), todo o poder da nação” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 19). É perceptível a referência a Revolução Russa e sua etapa de gestão pelos soviets. Como veremos a seguir, essa perspectiva estará presente ao longo de todo programa desenvolvidos pelos autores.

Com objetivo de compreender a realidade brasileira, o programa se inicia com uma reflexão sobre as condições estruturais da sociedade e, com maior ênfase, da classe trabalhadora. Começando pela renda, eles apontam que cinquenta por cento dos “chefes de família” ganham entre “80\$000 e 120\$000” sendo que para suprir as necessidades mais básicas era necessário “pelo menos 200\$000” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 27).

Mesmo atentos à situação do trabalhador urbano, os autores não deixam de problematizar a realidade no campo, apontando que a vida do proletariado agrícola era repleta de “miséria e desolação”. Essa preocupação com o trabalhador agrário está em consonância com as resoluções dos congressos operários realizados em anos anteriores. No Segundo Congresso, no ano de 1913, era defendida a ideia de que a “organização do proletariado do Brasil seria incompleta sem uma organização séria e vasta de trabalhadores rurais” (RODRIGUES, 1979, p. 131).

Segundo eles, a estrutura agrária era atrasada e carecia de “grandes instalações para irrigação faltam estradas, faltam os meios de transporte, faltam os maquinismos e processos

modernos de produção agrícola, faltam farmácias, faltam médicos, faltam escolas” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 39).

Então para o sucesso do empreendimento revolucionário, não era suficiente apenas expropriar, mas também necessário desenvolver a estrutura econômica do campo com objetivo de aumentar a produção agrícola, ao mesmo tempo em que, melhoraria a condição de trabalho do camponês. Situação semelhante à enfrentada pelos anarquistas ucranianos durante a revolução no leste.

Essa preocupação de desenvolvimento econômico sob o controle operário da produção perpassa também o segmento industrial, de transportes e da agricultura. Leuenroth e Negro mostram que uma máquina Mull-Jenny¹² gerida por um operário realiza o trabalho de quinhentos fiandeiros; na agricultura, a máquina a vapor (charrua) substitui cem máquinas à tração animal comandadas, cada uma delas, por um trabalhador. Portanto, o objetivo é, sob o comunismo anarquista, transformar toda a dinâmica do processo de produção, fazendo com que através do uso do maquinário, o trabalhador não exaure suas energias em gastos desnecessários, constituindo um tipo de *racionalização do trabalho*.

Para organizar essa economia, os autores se baseiam na tradição anarquista, propondo uma reorganização constituída na base do federalismo. Sua estrutura administrativa perpassa todas as esferas da produção, do local ao nacional, através dos seguintes organismos: Comissões Administrativas – Sindicatos de Ofício¹³ – Federação Comunal dos Sindicatos – Confederação Geral do Trabalho – Congressos do Trabalho (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 43).

Tal proposta é semelhante à defendida pelos anarquistas russos que propunham,

[...]

9. As classes laboriosas devem organizar-se com a ajuda de suas estruturas fundamentais: comitês de vilarejos, de usina e de fábrica, de empregados de escritório, de bairros e outros; eles devem uni-los por indústria e por ramo, tendo por base o federalismo. Estas federações, uma vez ligadas entre si federativamente, formarão o soviete poliindustrial da Economia nacional, que será encarregado de regularizar a vida econômica do país. Cada vilarejo, cada fábrica, assim como suas respectivas uniões, ao entrarem nos órgãos federais panrussos, deve estar livres, independentes, completamente autônomos, não do ponto de vista legislativo, mas sim administrativo e técnico (RESOLUÇÕES ANARCOSSINDICALISTAS *apud* SKIRDA, 2017, p. 209).

¹² Máquina de fiar.

¹³ Somente no 3º Congresso Operário Brasileiro, em 1920, que será proposto a sindicalização por indústria e não mais por ofício.

A forma organizativa dos anarquistas russos e dos brasileiros propunha combater os resquícios da mentalidade burguesa na administração. Como, por exemplo, a rivalidade entre as fábricas que criava uma competição a partir de práticas de monopólio. De acordo com o historiador Paul Avrich (1963), outros problemas também surgiram no decorrer do processo revolucionário, como comitês que enfrentavam problemas de gestão técnica e financeira, além dos casos de apreço pelo localismo geográfico e em outras situações, esses órgãos aumentavam salários e preços de modo indiscriminado. Em ambas as propostas de gestão, os anarquistas, através da atuação nos órgãos de gestão, alegavam que somente a socialização coordenada da produção com base no federalismo poderia eliminar essas posturas. A partir da estrutura federalista, os autores demonstram como em todos os estamentos da sociedade são as coletividades operárias que “possuem as prerrogativas econômicas, que fixa, as suas condições de existência e escolhem o conselho de administração de cada indústria” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 45).

Com essa perspectiva, temos a atenção das questões locais, regionais e nacionais. Todos os interesses dos produtores estarão representados pelos “Comissariados do Povo” que serão “constituídos por representantes de todos os Conselhos Comunaes de seus bairros, subúrbios ou distritos” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 61).

O Conselho Geral dos Comissariados será estruturado do seguinte modo,

- 1 – A administração geral da República Comunista será confiada ao Conselho Geral dos Comissariados do Povo, constituído pelos representantes de todos os Comissariados Regionais.
- 2 – Para cada ramo de atividade social o Conselho dos Comissariados do Povo constituirá um Comitê Administrativo de Comissários, que serão encarregados de normalizar os trabalhos do Conselho Geral dos Comissariados do Povo.
- 3 – As deliberações do Conselho Geral dos Comissariados do Povo serão postas em prática pelo Conselho Executivo, eleito dentre os seus membros.
- 4 – O conselho Geral dos Comissariados do Povo reunir-se-á três vezes por ano. Os Comitês Administrativos de Comissários reunir-se-ão mensalmente as vezes necessárias. O Conselho Executivo realizará reuniões diárias, cabendo-lhe executar os trabalhos que lhe forem confiados pelos Comitês Administrativos de Comissários (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 62).

Com essas resoluções é possível constatar que no pensamento anarquista, a questão econômica passa, necessariamente, pela coordenação. No entanto, cabe mencionar que ela é problematizada com o objetivo de que não se crie uma gestão burocrática que poderia retirar a

autonomia da classe trabalhadora nas decisões sobre a economia ou mesmo dirigir os processos econômicos como *novos patrões*.

A gestão operária não se restringe somente ao plano industrial. Leuenroth e Negro estabelecem conexões entre a indústria e o campo. Vejamos as duas resoluções,

Resolução industrial

- 1 – Cada estabelecimento industrial será administrado pela sua própria corporação, que elegerá, dentre seus membros uma comissão administrativa geral e as comissões de seções, de estatísticas e outras que forem necessárias.
- 2 – Os técnicos encarregados de serviços serão nomeados pela comissão administrativa de cada fábrica, após a consulta às demais comissões e com a ratificação do pessoal.
- 3 – As comissões administrativas, como todas as demais, poderão em qualquer tempo ser, parcial ou totalmente, substituídas, bem como os técnicos e encarregados de serviços, desde que não correspondam às necessidades de suas funções e isso resolva, em assembleia, o pessoal do estabelecimento (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 66).

Resolução Agrícola

- 1 – As comunidades agrícolas ficarão entregues aos que nelas trabalham, constituídos em associações em cada fazenda, estância, seringal, engenho, sítio, chácara, etc.
- 2 – Os moradores de pequenas comunidades rurais se reunirão em associações de bairros ou distritos.
- 3 – Cada associação de comunidade rural ou de grupo de comunidades terá a sua comissão administrativa, e outras julgadas necessárias, nomeadas periodicamente pelos seus componentes.
- 4 – As corporações rurais constituirão as Federações Agrícolas distritais, regionais e gerais, que, de acordo com as demais Federações, empreenderão um intenso trabalho de saneamento e remodelação da vida rural.
- 5 – As Federações Agrícolas, por meio das suas comissões de propaganda, trabalharão para fazer com que os moradores das pequenas povoações rurais conjuguem os seus esforços a fim de que, com a aplicação das máquinas e instrumentos modernos e recursos científicos, poupem energias, se consiga dar o necessário incremento à produção.
- 6 – Em cada comunidade agrícola ou grupos de pequenas comunidades, haverá um armazém comunista para o fornecimento de seus membros e que serão abastecidos de acordo com as requisições feitas às outras Federações (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 67-68).

Dessa forma, a relação cidade-campo é integrada no plano nacional da economia. Contribuindo, assim, com recursos para a produção e, também, com o suprimento da população. Diferente dos processos subsequentes na Rússia, não há uma requisição forçada da produção agrícola, mas sim um planejamento integrador dos trabalhadores do campo e da cidade, mediante seus organismos de autogestão.

Outro ponto que chama atenção no programa escrito pelos nossos autores é a questão da exportação do excedente produtivo agrícola e industrial. Isso nos leva a pensar que se há a proposta de exportação, como seria pautada a política monetária?

Segundo os autores, todo dinheiro no país no momento da conquista revolucionária será recolhido em uma *Caixa Geral Comunista* para cada localidade ficando sob responsabilidade dos Comissariados do Povo. Desse modo, o dinheiro será destinado para efetuar compras nos países que ainda se encontram sob o regime capitalista (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 73).

No entanto, essa política é relativamente contraditória. No mesmo programa, os autores propõem extinguir os bancos e demais instituições financeiras confiscando todos os valores disponíveis. Com base nas próprias ideias defendidas no programa, para uma melhor gestão, ao invés de extinguir essas instituições, elas poderiam ser coletivizadas e sua administração seria passada para as organizações dos trabalhadores do setor, dado que a República Comunista teria a necessidade de realizar negociações com países de economia capitalista. Essas transações poderiam ser desempenhadas pelo Conselho dos trabalhadores do ramo financeiro.

A existência da República Comunista e sua possibilidade de negociar com economias capitalistas necessitam não somente de uma perspectiva internacionalista¹⁴ no plano econômico, mas também no plano da defesa nacional, principalmente porque os Estados Nacionais executariam campanhas contra o país, como as realizadas na Rússia, para o reestabelecimento do poder burguês. Pensando na questão da defesa das conquistas revolucionárias, os autores propõe, então, que as instituições do segmento militar que forem expropriadas passarão à gestão dos grupos comunistas de defesa, os “arsenais passarão a servir para produzir máquinas e instrumentos de labor, trabalhando para material bélico na medida das necessidades verificadas” (LEUENROTH; NEGRO, 2017, p. 86).

Leuenroth no texto *A ditadura do proletariado e o socialismo*, aponta que o,

¹⁴ A referência ao internacionalismo nesse contexto se refere às relações internacionais.

Capitalismo, é certo, tratará não só de defender por todos os meios os seus privilégios de classe, durante o movimento reivindicador, mas também de reconquistá-los, após a queda de seu domínio. O proletariado, pois, deve preparar-se suficientemente para sustentar a luta, convencido de que será penosa e demorada (LEUENROTH, 2017, p. 96).

Essa concepção trazida por Leuenroth demonstra como o anarquismo concebe o processo da revolução social como um evento de longa duração, tal perspectiva acompanha a própria trajetória do anarquismo. Piotr Kropotkin sustenta que a revolução social “[...] apresenta-se sob o aspecto de uma longa sequência de lutas, de transformações incessantes que poderão durar longos anos [...]” e o famoso *período de transição* seria “o período de luta necessário para que as ideias, já com bastante força, passem para o domínio dos fatos” (KROPOTKIN, 2012, p. 42-43).

Desse modo, compreendemos com a análise do Programa Comunista escrito por Edgard Leuenroth e Hélio Negro que a preocupação dos anarquistas em construir um projeto autogestionário perpassava por todas as esferas da vida econômica e social e era amparado por uma perspectiva de revolução duradoura.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho, foi possível abordar, em um curto espaço de tempo, uma atmosfera de propostas teóricas e projetos revolucionários por parte dos trabalhadores. A Revolução Russa, nesse sentido, cumpriu o papel de influenciar a atuação da classe operária rumo à organização de uma nova forma de sociedade.

O triênio (1917-1919) demonstra que a erupção das greves e da tentativa de insurreição na capital do país delineia claramente uma postura revolucionária do movimento operário, buscando constituir organizações que pudessem lutar por melhores condições de vida e, também, pela revolução social.

Como resposta às reivindicações dos trabalhadores, o governo brasileiro intensifica as repressões. Temendo que ocorressem novas tentativas revolucionárias, o Estado iniciou uma perseguição sem precedentes na história do país, encarcerando os militantes considerados “perigosos” para a ordem pública e enviando-os, ao longo dos anos 1920, para a colônia penal da Clevelândia, na região amazônica, onde eram expostos a torturas e trabalhos forçados (SAMIS, 2019).

Referências

- ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- AVRICH, Paul. 'The Bolshevik Revolution and Workers' Control in Russian Industry: **Slavic Review**, Vol. 22, N. 1, p. 47-63, mar. 1963.
- CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2012.
- LAMELA, Eduardo Carracelas. As revoluções russas e suas interpretações pelos trabalhadores anarquistas no Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto *et al* (ORGs). **História do anarquismo no Brasil, volume 3**. São Paulo: Entremares, 2021, p. 49-72.
- LAMOUNIER, Aden Assunção. O imaginário dos insurrectos do Rio de Janeiro em 1918: a Rússia e os elementos locais como combustíveis revolucionários. In: ADDOR, Carlos Augusto *et al* (ORGs). **História do anarquismo no Brasil, volume 3**. São Paulo: Entremares, 2021, p.73-94.
- LEUENROTH, Edgard. A ditadura do proletariado e o socialismo. In: LEUENROTH, Edgard; NEGRO, Hélio. **O que é Maximismo ou Bolchevismo: programa comunista**. São Paulo: Entremares, 2017, p. 95-97.
- LEUENROTH, Edgard; NEGRO, Hélio. **O que é Maximismo ou Bolchevismo: programa comunista**. São Paulo: Entremares, 2017.
- LOPREATO, Christina. O legado da Greve Geral Anarquista de 1917. In: GODOY, Clayton Peron Franco de (Org.). **A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.
- MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Tiago Bernadon. Anarquismo e Revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos *et al* (ORGs). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 207-242.
- PAULA, Amir El Hakim de. São Paulo 1917: os operários fizeram História... E também Geografia! In: GODOY, Clayton Peron Franco de (Org.). **A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária**. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.
- _____. **Trabalho e conflito: pesquisa (1906-1937)**. Rio de Janeiro: Edição de Manuel Matos, Edgard Rodrigues, Fernando Neves, Manuel Ramos e Victoria Ramos, 1977.
- SANTOS, Kauan Willian dos. **“Paz entre nós, guerra aos senhores”: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial**. Curitiba: Prismas, 2017.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Intermezzo Editorial; Entremares, 2019.

_____.; MOTTA, Katia. O Partido Comunista de 1919: uma iniciativa de classe, gênero e organização. In: ADDOR, Carlos Augusto *et al* (ORGs). **História do anarquismo no Brasil, volume 3**. São Paulo: Entremares, 2021, p. 95-114.

_____. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil In: COLOMBO, Eduardo (ORG). **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2004.

SKIRDA, Alexandre. **Os Anarquistas Russos, os Sovietes e a Revolução de 1917**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2017.

TELES, Luciano Everton Costa. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte: militância e imprensa operária no Amazonas e no Pará (1906-1920). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-16, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/83956>>. Acesso em: 07 mar. 2022.